

Representações da crise do meio ambiente no jornalismo científico¹

Leonel Azevedo de Aguiar²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Universidade Estácio de Sá

Resumo

O artigo realiza um mapeamento de quatro representações sobre a temática dos problemas ambientais em determinados jornais diários, partindo da constatação de que as notícias sobre as catástrofes ecológicas globais ocupam um espaço, cada vez maior, na grande imprensa. Esses discursos jornalísticos, entretanto, constroem uma representação da crise do meio ambiente que se vincula a uma heurística do medo, na qual o signo da negatividade esvazia a possibilidade da ação política. Ou seja, os sentidos produzidos pela mídia acabam sendo reforçados pelo contexto social de fruição das mensagens, pois o público-receptor encontra-se imerso em um modelo de sociedade contemporânea marcada pelos riscos globais.

Palavras-chave: jornalismo científico; comunicação ambiental; representações sociais; riscos ecológicos.

Introdução

As notícias sobre os desastres e as catástrofes ecológicas vêm ocupando, incessantemente, um maior destaque nos meios de comunicação de massa, em especial nos principais jornais diários do país. Essas mensagens jornalísticas, entretanto, constroem uma representação dos problemas ambientais que pode ser interpretada segundo as determinações configuradas pelo princípio da responsabilidade³, no qual a ação da sociedade acaba sendo impulsionada por uma pedagogia política centrada no sentimento do medo coletivo. Se concordarmos que uma das características da Atualidade⁴ é a produção de riscos globais⁵ de conseqüências cataclísmicas – entre os quais, o aquecimento do globo terrestre e o enfraquecimento da camada de ozônio pela emissão de gases poluentes, além

¹Trabalho apresentado ao NP 09 – Comunicação Científica e Ambiental, V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro – RJ.

²Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ. Professor dos departamentos de Comunicação Social da PUC-Rio e da Universidade Estácio de Sá. Jornalista do CEFET/RJ.

³Para uma discussão sobre o princípio de responsabilidade e a proposta de uma ética para a sociedade tecnológica, ver JONAS (1992). Para uma crítica a essa proposta, consultar RICOEUR (1991).

⁴O conceito de Atualidade está em DELEUZE (1992:219-26). Neste texto, ao analisar a obra de Foucault, ele aponta as diferenças entre a sociedade disciplinar da Modernidade e a sociedade de controle que emerge a partir da década de 50 do século XX, marco temporal da Atualidade.

⁵Sobre sociedade de riscos, ver BECK (1992).

das “tecno-epidemias”⁶, isto é, as doenças resultantes de tecnologias que poluem a água, o ar, o solo e os alimentos –, podemos apontar que tais riscos, além de serem inerentes ao processo de mundialização do capitalismo, determinam os valores contemporâneos sob a negatividade de uma heurística do medo.

Se o princípio da responsabilidade reconhece que a irredutibilidade dos riscos globais implica no fim das certezas dadas pela ciência⁷ e seus instrumentos de controle típicos da Modernidade, também atua como imperativo do dever moral indutor de um sentimento do medo coletivo. Ou seja, esse procedimento político-pedagógico não só se materializa através da produção dos textos jornalísticos sobre os problemas do meio ambiente, mas, simultaneamente, a representação da crise ambiental construída pela mídia traz a marca da heurística do medo.

Nesta perspectiva, a crise ambiental recoloca, na cena teórica, a natureza enquanto uma questão para o pensamento: a ecologia emerge como um campo de saber e um problema ético-político, tornando-se, ao mesmo tempo, um ramo especializado da ciência e uma das vertentes do movimento social contemporâneo de maior visibilidade na mídia. O movimento ecológico pode ser situado enquanto um movimento social típico da cultura de massa, pois as inúmeras denúncias de desastres ecológicos e manifestações em defesa do meio ambiente veiculadas incessantemente pelos meios de comunicação de massa acabaram por produzir uma “sensibilidade ecológica” e uma “consciência ecológica”⁸ que ultrapassaram as fronteiras do próprio movimento.

Esta dupla perspectiva da ecologia – um saber científico e um novo movimento social – aponta que estão em jogo valores contraditórios e a crise ambiental torna-se, na avaliação dos ecologistas, oportunidade para a construção de uma proposta ética que possibilite a transformação histórica. Esta ética, todavia, não pode ser construída a partir do medo da catástrofe ecológica global – conforme fazem os discursos jornalísticos veiculados nos meios de comunicação de massa –, já que tais formações discursivas têm, como imperativo moral, a problemática “vida ou morte”⁹ da humanidade.

⁶O termo “tecno-epidemias” está em BECK (1994).

⁷Para uma crítica ao determinismo da ciência moderna, ver PRIGOGINE (1996).

⁸A distinção entre “sensibilidade ecológica” e “consciência ecológica” está em WARD e DUBOS (1973) e CASTORIADIS e CONH-BENDIT (1983), respectivamente.

⁹Em 1972, o *Le Nouvel Observateur* realizou uma série de debates e entrevistas sobre a questão ambiental, onde prevalece a visão catastrófica dos problemas ambientais. Marcuse fala em “terricídio” e Morin aponta que “a natureza vencida é a autodestruição do homem”. Cf. MANSHOLT et al. (1979: 49; 80).

As representações sociais da desordem ecológica da biosfera veiculadas na mídia também podem ser interpretadas como uma produção de sentido que expressa não só o problema da destruição da natureza e a degradação dos estilos de vida urbanos e rurais, mas, principalmente, os riscos de uma catástrofe ecológica global que ameaça a sobrevivência da humanidade e do planeta. Por um lado, os riscos globais que inauguram a era das “três ecologias”¹⁰ são também demarcações distintivas dos discursos jornalísticos presentes na mídia, inflados por um dever moral centrado no medo em relação às catástrofes globais e aos desequilíbrios planetários. Por outro, a questão ecológica ganha visibilidade social nos discursos jornalísticos a partir de duas representações hegemônicas: vinculada ao passado, uma visão de preservação da natureza por ser um espaço do sagrado e de conservação da tradição; já na direção do futuro, uma visão de gerenciamento eficaz dos ecossistemas pela eficácia da ciência e eficiência da tecnologia.

Quatro representações da crise ambiental

Ao abordarmos as mudanças ocorridas nas formas de representação social dos problemas ambientais pelos meios de comunicação de massa, é possível distinguir – a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema – quatro diferentes produções de sentido. Para melhor visualização das imagens da crise do meio ambiente e das ações do movimento ecológico, montamos quatro cenários nos quais se desenrolam as respectivas representações sociais.

Na década de 60, os problemas ambientais eram representados como resultantes de uma crise de participação e a luta política do movimento ecológico centrava-se no acesso aos recursos naturais e sua distribuição para os setores socialmente excluídos. A vertente da Ecologia Política surgiu nos anos 60 como uma plataforma de propostas políticas para superar os problemas ambientais. Entretanto, justamente por estar ainda no quadro de um sistema de pensamento tipicamente moderno, é que esta vertente elegeria a ecologia – enquanto ciência – para se tornar o paradigma da superação dos impasses modernos.

Nessa década, os riscos ambientais pelo uso de produtos químicos industriais na agricultura e os efeitos perigosos para o meio ambiente e os consumidores começam a ser

¹⁰GUATTARI (1990) entende que o planeta Terra sofre intensas transformações técnico-científicas que produzem desequilíbrios ecológicos que ameaçam a vida. Sua proposta – “as três ecologias” – visa uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade.

divulgados para o grande público. Escrito pela bióloga Rachel Carson, em *Primavera Silenciosa*¹¹, só no ano de seu lançamento, em 1962, atinge a marca de 500 mil exemplares vendidos. Pela primeira vez, uma obra com discussões científicas ultrapassou o círculo restrito de divulgação na comunidade de cientistas e técnicos especialistas, alcançando importante repercussão junto à opinião pública.

Nos anos 70, a crise ambiental deixou de ser representada como uma crise de participação, na qual a temática ecológica estava marcada pela mobilização política de poucos e pequenos grupos sociais e por um silêncio dos meios de comunicação de massa em torno do tema da degradação do meio ambiente. Um novo movimento de massas tinha surgido e uma nova questão estava começando a encontrar seu caminho na agenda das políticas públicas. Eis, nesta perspectiva, um caso exemplar: instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Dia da Terra veio a se tornar a maior manifestação em defesa do meio ambiente realizada nos Estados Unidos. Na primeira data programada, 22 de abril de 1970, foram realizados comícios e palestras, simultaneamente, em dez mil colégios e em 1.500 faculdades, além de atos públicos em Nova York e em Washington. As estimativas apontam a mobilização de dois milhões de participantes. Os eventos resultaram em reportagens de capa e manchetes de jornais e de revistas como a *Time* e a *Life*.

Depois da publicação do relatório do Clube de Roma/Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) – intitulado *Os Limites do Crescimento* e propondo o “crescimento zero”¹² da economia – e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, em Estocolmo, a representação social da desordem do meio ambiente assume o enfoque de uma crise de sobrevivência. A crise ambiental passou a ser representada, na década de 70, como um problema de escassez, já que os cientistas e as autoridades governamentais afirmavam existirem limites insuperáveis para a exploração e o uso dos recursos naturais, sendo imprescindível frear a expansão material ilimitada da sociedade.

Segundo este enfoque, uma radical transformação vem acontecendo no Ocidente: a emergência, desde a década anterior, de valores pós-materialistas (Milbrath, 1984). A

¹¹Podemos apontar uma luta pela produção de sentido: enquanto a indústria química denomina esses produtos de fertilizantes ou defensivos agrícolas, o movimento ecológico prefere o termo agrotóxicos ou veneno. Ver CARSON (1964) e também BULL e HATHAWAY (1986).

crítica dos ecologistas vai apontar que o projeto desenvolvimentista da sociedade moderna está baseado em um sistema de valores materialistas, de tal modo que se reduz a finalidade da vida dos homens à acumulação infundável de bens materiais. Neste modelo de representação da crise ambiental, o problema ecológico decorre da ideologia do progresso, que considera a base material – isto é, a natureza – desse estilo de desenvolvimento como inesgotável. Este desenvolvimentismo, cuja finalidade é o crescimento ilimitado, entende que esta base material é infinita do ponto de vista dos recursos naturais e, também, na sua capacidade de suportar as atividades poluidoras e seu resultado, a poluição ambiental.

Já na década de 80, a representação social da crise ambiental assume a imagem de uma crise cultural. A crise do meio ambiente passa a ser representada como o momento oportuno para superar a racionalidade instrumental e a ética de valores materialistas que construíram a Modernidade.

Dentro dessa perspectiva, podemos apontar a publicação, em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, do relatório *Nosso Futuro Comum*, que, além de um esforço para a obtenção do consenso mundial sobre questões de meio ambiente e desenvolvimento, tem como principal avanço apontar a problemática ambiental enquanto um campo de articulação entre ética e política. O relatório, que pretende ser uma agenda global para mudança, propõe o conceito de “desenvolvimento sustentável”¹³ como um estilo de desenvolvimento econômico que leva em conta a sustentabilidade global do meio ambiente, de modo a atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Este conceito, que tem assegurado amplos espaços de divulgação nos meios de comunicação de massa, ao acomodar consensualmente interesses empresariais e governamentais, apresenta três aspectos principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Além de reconhecer a complexidade e a interdependência da problemática ambiental, o conceito de desenvolvimento sustentável vincula-se a uma ética da responsabilidade comum da sociedade frente à natureza.

Um exemplo dessa representação nos meios de comunicação de massa: conforme realiza sempre no seu último número anual, a revista *Time* elegeu como “personalidade do

¹²Na época, houve um forte consenso a favor de limitar o crescimento da economia e da população, unindo ecologistas radicais da revista *The Ecologist*, cientistas – a maioria da área das ciências naturais – e empresários, além de políticos. Sobre o relatório do MIT, consultar MEADOWS et al. (1973).

ano” de 1988 aquele que vinha se destacando enquanto um novo e inusitado protagonista do noticiário jornalístico – o planeta Terra. Para determinados pesquisadores (Viola e Leis, 1991) da temática ambiental, este fato jornalístico pode ser entendido como uma ruptura na representação social dos desequilíbrios ecológicos globais que ameaçam a biosfera. O que está em questão é saber para que um meio de comunicação de massa – neste caso, uma revista pertencente a uma mega-empresa norte-americana, que funciona como “agenciamento coletivo de enunciação” (Guattari, 1990:46) voltado para a produção de subjetividades adequadas à atual etapa do imperativo consumista do capitalismo – propõe uma mudança urgente no modelo de desenvolvimento e nos atuais modos de vida para solucionar a crise ambiental.

Morin e Kern (1995) apontam que foi exatamente o consumismo, enquanto ideologia resultante do pensamento materialista moderno, que se transformou na forma hegemônica de realização do capitalismo a partir da segunda metade do século XX e acarretou a desordem do meio ambiente em níveis globais, ultrapassando os até então níveis locais dos desequilíbrios ambientais. Outras questões instigantes podem ser discutidas nesta relação entre os meios de comunicação de massa, as formas de representação social da crise ambiental e o movimento ecológico: a invenção desse novo sujeito da História – o planeta Terra – não aponta para uma desintegração de um modelo de sociedade – a sociedade urbano-industrial moderna – que só considera o homem como o único sujeito de direito? Quais são as condições de possibilidade para que um meio de comunicação de massa, que funciona como um dispositivo atrelado à ideologia do consumismo, entenda a Terra como “pátria da humanidade” e uma “pessoa”¹⁴ portadora de direitos?

Seguindo esta trajetória, na década de 90, a representação da crise ambiental consolida-se enquanto uma questão de risco planetário, vinculada ao processo de globalização do capitalismo, ao seu modelo de sociedade e a uma forma de individualidade centrada na ideologia do individualismo e no racionalismo técnico-científico. Ou seja, a desordem ecológica do meio ambiente não é apenas o resultado de uma explosão demográfica ou de uma depleção dos recursos naturais, mas é representada pela ótica de uma crise global de civilização, de um modelo de sociedade que se tornou globalizado. A

¹³Sobre as contradições do conceito de desenvolvimento sustentável, ver REDCLIFT (1989).

¹⁴Para uma discussão sobre este tema, consultar respectivamente: SERRES (1995); MORIN e KERN (1995) e também ROSZAK (1981).

crise ambiental é global porque abrange toda a humanidade e seu lugar de habitação, a biosfera. Esta representação, que se aprofunda ao longo da década de 90, aponta que a problemática desencadeada pela desordem global da biosfera vai além das abordagens teóricas que entendem o movimento ecológico enquanto expressão dos novos movimentos sociais, campo político contemporâneo de formulação de uma crítica ao sistema capitalista e de uma ética com valores contrapostos aos da ordem social moderna, inclusive aquela orientação valorativa dos movimentos sociais tipicamente modernos, como o sindicalismo.

Esta representação também aponta que há um afastamento do movimento ecológico em relação aos novos movimentos sociais: os movimentos das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos jovens, dos loucos possuem como referência um sujeito histórico preciso, que se expressa na imanência do corpo – demandando, portanto, ações políticas específicas para questões singulares. Já o movimento ecológico aposta que não se chegou ao “fim da História”¹⁵ e deseja a transformação ampla e radical da sociedade capitalista em sua totalidade, ou seja, em todas as dimensões da vida. No movimento ecológico, a falta de definição precisa de um sujeito histórico é entendida como a expressão “de sua posição privilegiada de novo patamar, a partir do qual pode-se repensar a trajetória da civilização” (Sader, 1992:139). Na associação da crise ambiental como uma crise de civilização em nível planetário, englobando toda a humanidade, em suas diversas formas de sociedades, o ecologismo aponta para um projeto totalizante que se afasta das propostas singularizantes dos novos movimentos sociais, afirmadoras da primazia do particular sobre o geral.

Se a proposta política típica da Modernidade era universalizante e geral, a perspectiva contemporânea dos novos movimentos sociais não pretende realizar nenhum projeto de síntese totalizante e, sim, afirmar a possibilidade de uma consciência fragmentada. O movimento ecológico, entretanto, “ao acreditar que tudo se liga a tudo e ao proclamar a totalidade como a medida do homem” (Crespo, 1997:210), marca sua diferença em relação aos movimentos sociais que afirmam a produção de novas identidades e enfatizam a fragmentação da consciência política e o reconhecimento da impossibilidade de projetos totalizantes como uma das principais características do campo político contemporâneo.

¹⁵A emergência de lutas que reivindiquem direitos particulares em contraposição aos direitos universalizáveis da Modernidade é visto por Fukuyama como o fim da História, centrada na luta de classes e na bipolarização capitalismo ou socialismo. Para contrapor a visão de FUKUYAMA (1992), ver EWALD (1984:92-99).

Partir, portanto, da premissa de que a civilização urbano-industrial em sua atual etapa de integração mundial é insustentável, segundo parâmetros sócio-ambientais formulados pelo movimento ecológico, significa representar este como um movimento histórico que coloca em questão os padrões civilizacionais contemporâneos.

No relatório *Nosso Futuro Comum*, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento solicita que a Assembléia Geral da ONU convoque uma conferência internacional com o objetivo de produzir um programa de ação global para o desenvolvimento sustentável. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92 – realizou-se no Rio de Janeiro, em 1992, um ano após a dissolução da União Soviética e dos países do Leste europeu que integravam o contexto de um mundo bipolarizado entre nações capitalistas *versus* comunistas. O fim da bipolaridade cria uma expectativa positiva e otimista em nível internacional: após o longo período da Guerra Fria, ocorre o primeiro encontro de cúpula da comunidade internacional, a Cúpula da Terra da Rio-92 (*Earth Summit*)¹⁶.

A manchete da primeira página do *Jornal do Brasil* com o secretário-geral da ONU para a Conferência Rio-92, Maurice Strong, estampava, em 31 de maio de 1992, o seguinte título: “Temos de agir para salvar a Terra”¹⁷. Na Rio-92, além da Cúpula da Terra – a conferência oficial da ONU que reuniu 179 países, um recorde em presença de governantes –, aconteceram outros dois encontros internacionais: o Fórum Global e a reunião do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. Um dos principais documentos resultantes da *Earth Summit*, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento¹⁸, apresenta 27 princípios que têm por objetivo criar uma nova parceria global entre as nações, para alcançar o desenvolvimento sustentável em nível mundial. “Chefes do mundo assumem na Rio-92 o compromisso de salvar a Terra”¹⁹, lançava o *Jornal do Brasil*, de 13 de junho de 1992, em manchete de capa. No documento oficial, entretanto, já era possível perceber a primeira contradição política e ética: como

¹⁶Vale lembrar que a Conferência de Estocolmo-72 sofreu um boicote pelos países do antigo bloco comunista do Leste europeu, em repúdio ao fato de a ONU não ter reconhecido o direito de voto da então Alemanha Oriental.

¹⁷JORNAL DO BRASIL. Temos de agir para salvar a Terra. Rio de Janeiro, p. 01, 31 mai 1992.

¹⁸Para mais detalhes sobre este documento, consultar: CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. In: _____. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

administrar uma parceria global dentro da desigualdade internacional, onde 20% da população do planeta que habitam o hemisfério norte consomem 80% dos recursos ambientais e são responsáveis por 75% da poluição ambiental, além de deterem 80% da renda mundial? Como é possível implantar parcerias se os Estados Unidos, com 6% da população mundial, consomem 25% da produção internacional de petróleo?²⁰

A Declaração do Rio de Janeiro começa reafirmando os princípios da Conferência de Estocolmo-72 e reforçando uma perspectiva utilitarista da civilização ocidental, segundo a qual a humanidade está no centro dos objetivos do desenvolvimento sustentável e as medidas de proteção do meio ambiente são restritas a esforços que favoreçam exclusivamente a sociedade. A diferença é que a conferência de 1972 teve como principal preocupação introduzir a questão ambiental nas políticas de âmbito nacional de cada país, enquanto que a Rio-92 trouxe para o debate o avanço da degradação ambiental em nível internacional e a importância de soluções globais para os problemas ambientais, igualmente, globais. Ou seja, constatou-se que os danos ambientais não respeitam as fronteiras entre países e, nos vinte anos entre as duas reuniões da ONU, houve um agravamento dos problemas ambientais, tornados transfronteiriços.

Na Atualidade, contudo, quando os problemas produzidos pela devastação dos ecossistemas se tornam globais, a crise ambiental dissolve as fronteiras rígidas da Modernidade e a natureza entra no campo da cultura: para Serres, este fato é inédito na Filosofia, pois “o que está em risco é a Terra em sua totalidade e os homens em seu conjunto” (Serres, 1991:15). Ou, conforme a exemplar representação do discurso jornalístico, em manchete no *Jornal do Brasil*, de 19 de novembro de 1992: “Terra está em perigo, dizem 1575 cientistas”²¹.

De objeto, na Modernidade, a natureza transforma-se, na Atualidade, em “sujeito de Direito”: um “sujeito” capaz de colocar em risco a existência do homem por uma contração aos processos de destruição que vem sofrendo, pois estão em jogo os riscos das catástrofes ecológicas produzidas por esse “novo sujeito da História” (Giddens, 1996:28). Esta passagem da Modernidade para a Atualidade é, também, a passagem do local ao global: um objeto local, sobre o qual o sujeito do conhecimento moderno empreendia seu

¹⁹JORNAL DO BRASIL. Chefes de mundo assumem na Rio-92 o compromisso de salvar a Terra. Rio de Janeiro, p. 01, 13 jun 1992.

²⁰Para estes dados, consultar o relatório do BANCO MUNDIAL (1992).

projeto de dominação tecno-científico, passa a sujeito global – o planeta Terra –, com o qual um outro novo sujeito, também global – a humanidade –, vai ter que forjar um novo contrato, análogo ao contrato social proposto pelos filósofos do século XVIII: o contrato natural. Em mais um exemplo da construção social dessa representação, agora em duas manchetes jornalísticas, no mesmo *Jornal do Brasil*, de 10 de dezembro de 1992: “ONU mostra que saúde do planeta piorou” e “Até 25% da superfície da Terra pode virar deserto”²².

Segundo Serres, é preciso introduzir uma nova dimensão para realizar o contrato natural e superar o estado de negligência em relação ao mundo realçado pela Modernidade. Serres apresenta a proposta de uma ética ecológica sobre o amor: a força do amor é a dimensão que vai possibilitar ultrapassar esta negligência que impede a religação da humanidade com o mundo natural, pois é na dimensão do amor que estão o elo e a aliança do homem com a natureza. Esta ética visa construir uma nova globalidade que exige o amor universal pela Terra física: “ame o elo que une sua terra e a Terra” (Serres, 1991:63). O sentimento do amor, enquanto uma relação livre com o Outro marcada pela gratuidade, se torna esta única dimensão onde se vinculam o local e o global: o amor ao homem próximo e o amor ao planeta por inteiro, em sua totalidade.

É interessante observar que esta heurística do amor, proposta por Serres, consegue superar o impasse de uma ética formulada a partir de uma noção de responsabilidade próxima do medo como um imperativo que demanda uma tomada de atitude frente aos problemas ambientais. Já apontamos, nos discursos jornalísticos, a responsabilidade humana como um dever moral frente à natureza produzindo uma heurística do medo de herança hobbesiana. É exatamente esta aproximação entre o princípio da responsabilidade e uma ação política impulsionada pelo medo que resulta da crítica realizada por Jonas (1992) ao pensamento moderno pela sua incapacidade de responder à crise ecológica.

Mas, afinal, o princípio de responsabilidade é um dever moral ou uma opção ética? O homem é responsável em relação a quem? Ultrapassando a tese, consagrada em diversos relatórios internacionais e propostas ambientalistas, que enfatiza a responsabilidade frente às gerações futuras, este princípio afirma que a humanidade é responsável pelo devir do

²¹JORNAL DO BRASIL. Terra está em perigo, dizem 1575 cientistas. Rio de Janeiro, p. 09, 19 nov 1992.

²²JORNAL DO BRASIL. ONU mostra que saúde do planeta piorou. Rio de Janeiro, p. 14, 10 dez 1992.
_____. Até 25% da superfície da Terra pode virar deserto. Rio de Janeiro, p. 15, 10 dez 1992.

futuro: já que as gerações futuras podem vir a não existir, deve-se renunciar à utopia e seus projetos de progresso material ilimitado, de modo que a ação humana passe a ser orientada sem as polarizações modernas que a conduziam e legitimavam. A questão, por conseguinte, que se coloca é como produzir um princípio de responsabilidade que vá além das perspectivas da Modernidade centradas no otimismo do futuro – como nas utopias políticas – ou na nostalgia dos modelos do passado – voltadas para as sociedades indígenas tradicionais – e que não deixe ao presente apenas a sensação de pessimismo.

Se, por um lado, Jonas atribui à liberdade humana a tarefa ética de assumir voluntariamente a responsabilidade pela preservação da natureza, por outro, aproxima excessivamente a responsabilidade do medo. Esta heurística do medo é um retorno à passagem hobbesiana do estado de natureza – o lugar da “guerra de todos contra todos” (Hobbes, 1979:77) – para o Estado de Direito. O medo é a paixão política fundamental: antes do aparecimento das leis que regem a vida em sociedade, os homens viviam o medo permanente da morte violenta. Para escapar a este sentimento, acabaram aceitando a imposição de um estado regido por leis que garantisse a segurança coletiva. Se a paixão política foi moldada pelo medo egoísta, na Atualidade este medo está em função do Outro, seja a Vida, a biosfera, a natureza, o planeta Terra ou as gerações futuras. Nos discursos jornalísticos, a representação dessa heurística do medo pode ser assim exemplificada, de acordo com as manchetes do jornal *O Globo*, dos dias 20 de fevereiro e 9 de maio de 2001, respectivamente: “Caos no clima trará fome”²³ e “Aumenta o risco de extinção global”²⁴.

Enfim, o medo ecológico torna-se um “medo planetário”²⁵ frente à incapacidade de produzir com precisão certezas científicas que levem a uma tomada de decisão que não coloque em jogo escolhas éticas. O saber científico atual ainda é insuficiente e não porta garantias definitivas para medir as conseqüências da ação humana face à complexidade da questão ambiental. Também se pode dizer que o medo ecológico já estava enraizado na mitologia grega, com sua representação de uma natureza como lugar do mistério e do mal. Assim, na origem do projeto de dominação e artificialização da natureza da ciência moderna, está este medo ecológico, remanescente como um resíduo do irracionalismo arcaico que a Modernidade não conseguiu eliminar. O esquecimento desse medo arcaico

²³O GLOBO. Caos no clima trará fome. Rio de Janeiro, p. 33, 20 fev 2001.

²⁴____. Aumenta o risco de extinção global. Rio de Janeiro, p. 37, 09 mai 2001.

leva o homem moderno a dar vazão a esta vontade de poder, que resulta na ameaça de destruição global da natureza: vencer a natureza, artificializar o mundo para maior controle é também extirpar este medo arcaico. Ou seja, como afirma Latour (1994), o homem da Modernidade não é tão moderno quanto acreditava ser.

De certo modo, a emergência do movimento ambientalista pode significar um retorno desse medo recalcado, mas está longe de ser a expressão de um neopaganismo contemporâneo que negue os avanços da razão científica. O medo ecológico está presente no próprio discurso científico contemporâneo, pois a desordem global da biosfera leva a um medo de desaparecimento não só da espécie humana, como de toda forma de vida. Mais uma manchete jornalística, de *O Globo*, do dia 16 de outubro de 2000, é capaz de espelhar esta representação: “Especialistas listam as tragédias ambientais que podem ser causadas pelo aquecimento global”²⁶. Se este medo ecológico remete a subjetividades arcaicas, sua constituição atual traz as marcas contemporâneas das ameaças globais: o efeito-estufa, o buraco na camada de ozônio, os riscos nucleares, o avanço crescente dos processos de artificialização dos seres vivos, de artificialização da vida.

Conclusão

A responsabilidade volta-se sobre a vida ameaçada e o medo passa a ser um dever moral – e não uma escolha ética – e também um método de conhecimento para localização e distinção das ameaças ecológicas, de modo a separar os riscos aceitáveis pela sociedade dos perigos insuportáveis. A tecno-ciência desenvolveu um poder de grande perigo, que não é percebido como ameaça, em função do atual nível de progresso material dos países centrais do capitalismo mundial e suas elites periféricas. O perigo da tecno-ciência reside no enorme sucesso e no amplo alcance de suas intervenções no mundo. Aliás, o próprio desenvolvimento da tecno-ciência toma impulso através dos problemas acarretados pelo sucesso de seu projeto de dominação da natureza. A razão iluminista já não detém a capacidade de controle sobre o potencial de destruição da vida que se tornou o aparato da tecno-ciência na Atualidade.

É o sucesso da tecno-ciência e, em contrapartida, seu potencial de aniquilamento da

²⁵Sobre a transformação do medo ecológico em de medo planetário, consultar: ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P.e DUPONT, Y (1993).

vida que tornam impossível garantir o total controle das conseqüências das decisões sobre os problemas globais da biosfera. Deste modo, será o medo como uma paixão política primordial – traduzida em sua proximidade pelo princípio da responsabilidade – que conduzirá ao imperativo do dever moral de afastar a possibilidade do risco total, pois coloca em perigo a vida humana e afeta o futuro da humanidade e da biosfera. O medo já está contido na questão originária com a qual começa a responsabilidade ativa. É nesta perspectiva que enfatizamos o questionamento de Jonas (1992:119) sobre o medo: “o que lhe acontecerá se eu não me ocupo dele? Quanto mais obscura é a resposta, mais a responsabilidade se desenha claramente”.

O princípio da responsabilidade, conforme enunciado nos discursos jornalísticos, não consegue erigir uma nova ética que vise ao processo de simbiose entre a humanidade e um objeto precário e frágil como a biosfera. Por ser direcionada pela antecipação das ameaças e controle dos riscos, esta responsabilidade torna-se – pela representação social produzida na e pela cultura de massa – um dever moral guiado pelo sentimento coletivo do medo.

Para concluir, podemos sintetizar, por década, as representações sociais materializadas nas linguagens jornalísticas sobre os problemas de meio ambiente. Em resumo, a crise ambiental é, assim, representada nos meios de comunicação de massa: nos anos 60 – como uma crise de participação; nos anos 70 – uma crise de sobrevivência; anos 80 – crise cultural ou crise de civilização. A partir da década de 90, com a Conferência Rio-92, a representação social dos problemas ambientais materializada nas linguagens jornalísticas da grande imprensa assume o significado de uma crise dos riscos globais.

Referências bibliográficas

ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. e DUPONT, Y. **O equívoco ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e meio ambiente**: relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1992. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. Londres: Sage, 1992.

____. **Ecological politics in an age of risk**. Cambridge: Polity, 1994.

²⁶O GLOBO. Especialistas listam as tragédias ambientais que podem ser causadas pelo aquecimento global. Rio de Janeiro, p. 34, 16 out 2000.

- BULL, D. e HATHAWAY, D. **Pragas e venenos**: agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa** São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- CASTORIADIS, C. e CONH-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. Coimbra: Centelha, 1983.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. In: _____. **Agenda 21**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.
- CRESPO, S. O ecologismo e a desencarnação do mal na sociedade contemporânea. In: BIRMAN, P. e NOVAES, R. (orgs.). **O mal à brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997. p. 196-213.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- EWALD, F. O fim de um mundo. In: ESCOBAR, C. H. de (org.). **Michel Foucault, o dossier**: últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Taurus, 1984. p. 92-99.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. São Paulo: EdUNESP, 1996.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- JONAS, H. **Le principe responsabilité**: une éthique pour la civilization technologique. Paris: Cerf, 1992.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- MANSHOLT, S. et al. **Ecologia, caso de vida ou morte**. Lisboa: Moraes Editores, 1979.
- MEADOWS, D.H. et al. **Limites do crescimento**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- MILBRATH, L. **Environmentalists**: vanguard for a new society. Albany: State University of New York Press, 1984.
- MORIN, E. e KERN, A. B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- REDCLIFT, M. **Sustainable development**. Exploring the contradictions. Londres: Routledge, 1989.

RICOEUR, P. La responsabilité et la fragilité de la vie. **Le Messenger Européen**, n. 5, p. 203-223, 1991.

ROSZAK, T. **Person-planet**. The creative disintegration of industrial society. Londres: Granada Publishing, 1981.

SADER, E. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p. 135-142.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

VIOLA, E. e LEIS, H. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. (org.). **Ecologia e política mundial**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 23-50.

WARD, B. e DUBOS, R. **Uma Terra somente**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.